

ENUNCIÇÃO FORMAL E ENUNCIÇÃO REAL: A DINÂMICA POR TRÁS DA PRODUÇÃO DA COMUNICAÇÃO INDIRETA¹

FORMAL ENUNCIATION AND REAL ENUNCIATION: THE DYNAMICS BEHIND THE PRODUCTION OF INDIRECT COMMUNICATION

Filipe Almeida Gomes
Mestre em Linguística e Língua Portuguesa²
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
(filipegomeslc15@gmail.com)

RESUMO: Com o intuito de possibilitar novas incursões a respeito das relações entre a Teoria dos Atos de Fala e a Pragmática, o presente texto busca fazer uma breve apresentação de como a Teoria dos Atos de Fala lida com o fenômeno da comunicação indireta. Mais especificamente, o propósito deste texto é destacar a dinâmica das duas enunciações (enunciação formal e enunciação real) e o seu funcionamento subjacente aos casos de indiretividade e de figuratividade. Para alcançar tais objetivos, recupera os apontamentos-chaves de Searle (2002) e Vanderveken (1991), bem como suas relações com algumas formulações de Grice (1982) e Strawson (1964).

Palavras-chave: Teoria dos Atos de Fala. Pragmática. Enunciação.

ABSTRACT: In order to make possible new incursions regarding the relationship between the Speech Acts Theory and the Pragmatics, this paper seeks to give a brief presentation of how the Speech Acts Theory deals with the phenomenon of indirect communication. More specifically, the purpose of this text is to highlight the dynamics of two enunciations (formal enunciation and actual enunciation) and their functioning underlying the cases of indirectivity and figurativity. To achieve the aforementioned aims, this paper retrieves the notes of Searle (2002) and Vanderveken (1991), as well as their relationships with some formulations of Grice (1982) and Strawson (1964).

Keywords: Speech Acts Theory. Pragmatics. Enunciation.

Considerações iniciais

A discussão linguística relacionada à produção da comunicação indireta está longe de ser um fato novo. E por não ser novidade, ocorre que muito já foi dito e contradito a respeito. Talvez seja possível, inclusive, ter-se uma prévia da extensão dessa discussão em virtude das muitas nomenclaturas de contraposição que tem sido propostas para lidar com o problema: significado principal e significado marginal; significado usual e significado ocasional; significado convencional e significado

¹ Artigo originário do trabalho de Dissertação de Mestrado do autor, o qual contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsista CAPES.

intencional; denotação e conotação; e – o clássico dos clássicos – significado literal e significado não-literal.

A despeito da dificuldade em se “estabelecer uma definição última” acerca de quaisquer dessas distinções (tenho minhas dúvidas quanto a esse tipo de tentativa), fato é que a comunicação indireta perpassa nosso cotidiano. E, penso: o aspecto mais básico que se pode destacar a seu respeito é o fato de que, a exemplo do fenômeno lexical que denominamos Polissemia, a comunicação indireta contribui para a manutenção daquilo que se pode denominar Princípio da Economia Linguística – isto é, a busca consciente por enunciar o mínimo obtendo-se o máximo. Porém, se a Polissemia consiste na potencialização do significante (SE), a comunicação indireta consiste numa espécie de potencialização do enunciado como um todo. É através da comunicação indireta que, na mesa da refeição, se pode utilizar uma pergunta para fazer um pedido, com estratégica polidez:

(1) “Você pode alcançar o sal?”³.

É também através dela que se pode, mediante uma afirmação, fazer uma solicitação para que se desobstrua a imagem da tela – neste caso, ficando entre a falta de gentileza e o humor:

(2) “Carne de burro não é transparente.”⁴

Sendo assim, pretendo no decorrer deste texto explorar a dinâmica enunciativa que subjaz à produção da comunicação indireta, ou, dito de outro modo, à produção de enunciados indiretos. Meu aparato teórico será, sobretudo, as formulações de Searle (2002) e Vanderveken (1991) em relação à Teoria dos Atos de Fala.

A comunicação indireta a partir da Teoria dos Atos de Fala

Concebida inicialmente pelo filósofo britânico John Austin, no campo da Filosofia da Linguagem, a Teoria dos Atos de Fala tem sido recorrentemente assimilada como uma descrição, de caráter bastante intuitivo, da linguagem humana.

³ Esse exemplo é clássico dos escritos de Searle (2002).

⁴ Embora tenha alçado um *status* quase que proverbial, devo o exemplo ao Chaves, do seriado televisivo homônimo.

As considerações de Austin acerca da relação entre linguagem e ação foram publicadas em 1962 e, desde então, têm sido revisitadas e “ajustadas” pelos mais diversos pesquisadores.

O filósofo americano John Searle, que de modo frequente e controverso tem sido considerado o herdeiro do trono teórico de Austin, aprimorou o debate em 1969 com a publicação de **Os Actos de Fala**, e, posteriormente, trouxe aquela que pode ser considerada a contribuição mais efetiva para a consolidação da teoria. Publicada originalmente em 1979, a obra **Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala** sistematiza o entendimento de Searle acerca das regras normativas e regras constitutivas – já considerado em **Os Actos de Fala** –, apresentando, assim, uma taxonomia dos atos de fala alternativa àquela inicialmente proposta por Austin (1990).⁵ Além disso, outro enriquecimento proporcionado por esta obra diz respeito exatamente à discussão sobre os diferentes aspectos da comunicação indireta – objeto de reflexão neste texto.

Como indica Strawson (1964), inúmeros são os atos de fala que, uma vez referentes a enunciados naturais, têm sua significação regulada pelas convenções. Não obstante, também são inúmeros aqueles atos em que mesmo as convenções da forma linguística, constantemente consideradas como sendo as mais estáveis, não se constituem condição suficiente para regular sua significação. Atos que revelam atitudes de ironia, deboche, insinuação *etc.*, bem como as metáforas, normalmente tendem a não seguirem convenções⁶, afinal, são exemplos do **dizer sem estar dizendo**, ou, no vocabulário searleano, são exemplos de **emissões não-literais**.

Em síntese, a partir das contribuições da Teoria dos Atos de Fala, pode-se dizer que a produção enunciativa tem por base duas possibilidades: a **comunicação direta** e a **comunicação indireta**. Vejamos os seguintes enunciados:

(3) A goiaba está madura.

(4) O copo caiu no chão da cozinha.

(5) “Aquele que dentre vós estiver sem pecado, seja o primeiro a lhe atirar uma pedra.” (Jo 8. 7)

⁵ O leitor interessado pode encontrar uma breve introdução à Teoria dos Atos de Fala em Mari (2001).

⁶ A não ser, obviamente, a convenção mais geral que subjaz a qualquer processo enunciativo: a língua. “Nesse sentido, as línguas (por oposição à linguagem) são convencionais. (SEARLE, 1981, p. 53).

(6) “Eu sou a porta.” (Jo 10. 9)

De antemão, quero ressaltar que, obviamente, não há a menor dúvida de que todos os enunciados acima listados podem ser casos de comunicação indireta, a depender do contexto de interação discursiva em que são enunciados. O enunciado (3) poderia facilmente ser uma realização indireta nos moldes de, por exemplo, uma permissão (ponto diretivo), bem como o enunciado (4) poderia, por exemplo, configurar, de modo indireto, um pedido ou uma ordem para que se limpe o chão da cozinha (ponto diretivo). Assim, ao tomar os enunciados (3) e (4) como casos de comunicação direta, faço obviamente uma opção de caráter didático-metodológico, sem quaisquer intenções de negar a riqueza referente aos nossos usos dos objetos linguísticos. Nesse sentido, Searle faz uma importante afirmação que me interessa subscrever:

Em geral, pode-se dizer que, na maioria dos casos, uma sentença só determina um conjunto de condições de verdade relativamente a um conjunto de suposições não realizadas no conteúdo semântico da sentença. Assim, mesmo em emissões literais, quando o significado do falante coincide com o significado da sentença, o falante tem de contribuir para a emissão literal com mais que tão-somente o conteúdo semântico da sentença, porque o conteúdo semântico só determina um conjunto de condições de verdade relativamente a um conjunto de suposições feitas pelo falante e, se a comunicação há de ser bem-sucedida, essas suposições devem ser compartilhadas pelo ouvinte. (SEARLE, 2002a, p. 128).

Posto isso, tomando os enunciados (3) e (4) como exemplos da **comunicação direta**, é possível dizer que nesses casos o enunciador executa exatamente o ato ilocucional expresso pelo **significado convencional do enunciado**, de modo que os movimentos interpretativos por parte do enunciatário atuam em um “padrão que reconhecemos com mais rapidez e que faz[em] parte, de modo mais determinante, de nossa atividade de leitura numa extensão bastante ampla” (MARI; MENDES, 2007, p. 38). Em contrapartida, os exemplos (5) e (6) sinalizam para o fato de que na **comunicação indireta**, embora o enunciador utilize-se do significado convencional do enunciado, ele intenta significar algo diferente do postulado pelas convenções de ordem linguística, o que certamente exige do enunciatário um esforço maior a fim de que se possa compreender o grau de sofisticação mais apurado, implementado pelo **teor intencional**. É possível dizer, então, que no primeiro caso o significado

intencional do enunciador é semelhante ao significado convencional do enunciado, ao passo que no segundo caso o significado intencional do enunciador é, em certo sentido, diferente do significado convencional do enunciado.

Apresento, a seguir, um breve diagrama que intenta ilustrar essas situações enunciativas básicas a partir da Teoria dos Atos de Fala.

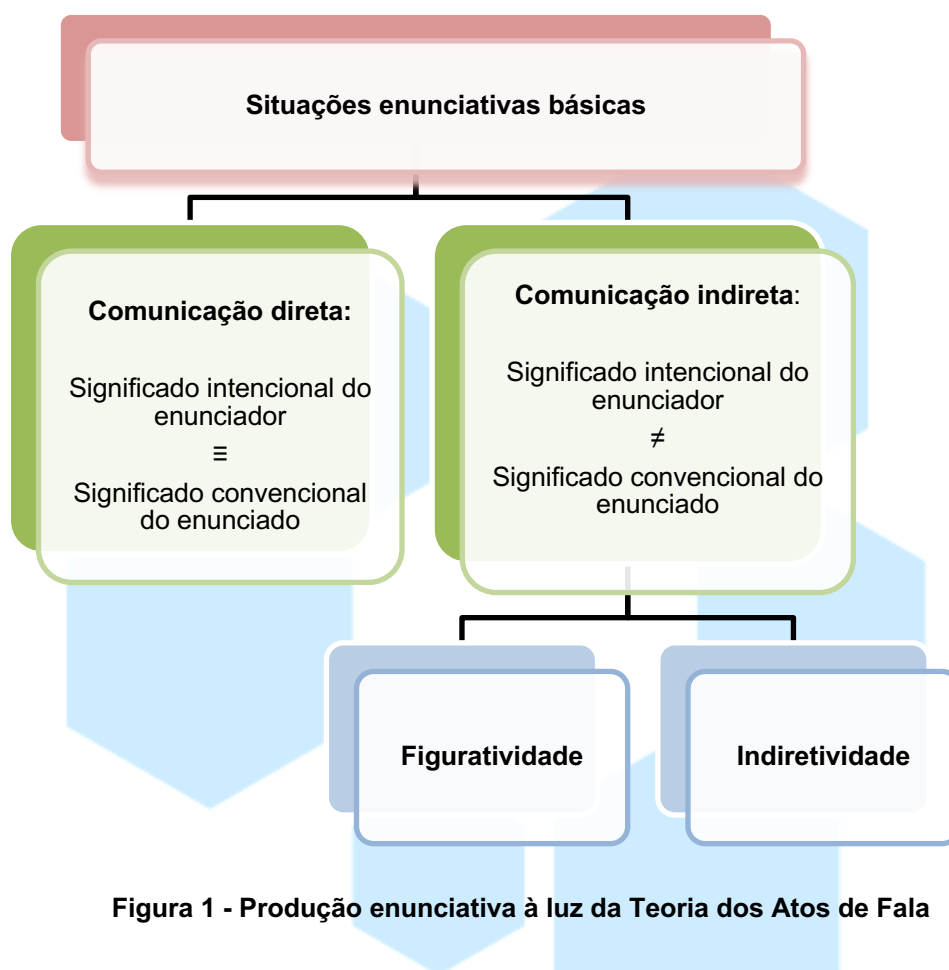


Figura 1 - Produção enunciativa à luz da Teoria dos Atos de Fala

Enunciação formal e enunciação real: a dinâmica enunciativa subjacente ao fenômeno da comunicação indireta

Seguindo na direção proposta pelo diagrama anterior, farei, agora, algumas considerações referentes à distinção entre indiretividade e figuratividade, proposta por Searle (2002) em relação ao fenômeno da comunicação indireta. Ao discutir a questão dos atos de fala indiretos, o autor defende que o fenômeno da indiretividade pode ser explicado de forma clara a partir das concepções de **ato ilocucional primário** e **ato ilocucional secundário**, e de suas devidas relações com os conceitos de literalidade

e não-literalidade⁷. Para o autor, ao produzir um ato de fala indireto, o enunciador executa, simultaneamente, um ato ilocucional primário, que é não-literal, e um ato ilocucional secundário, que é literal – sendo a denominação “primário” justificada em virtude da primazia da intenção do enunciador em relação às convenções linguísticas.

Porém, por entender que a terminologia searleana produz uma perigosa repetição de termos como “ilocucional” – bastante recorrente na teoria –, parece-me plausível assumir outra terminologia: **enunciação real** e **enunciação formal**. A primeira assemelha-se à ideia de ato ilocucional primário, ao passo que a segunda se assemelha à ideia de ato ilocucional secundário. Devo destacar que não se trata de ter-se, aqui, duas enunciações simultâneas, até mesmo em razão do próprio aspecto temporal relacionado ao conceito de enunciação. Antes, é possível admitir que o que se quer dizer por enunciação formal e enunciação real, longe de representar duas enunciações simultâneas, representa, na verdade, aspectos distintos referentes à natureza da enunciação. Pois, obviamente, a fala – por assim dizer – do enunciador só comporta um desses aspectos; mais especificamente, aquele que ele usa para produzir o ato com um objetivo específico – direto ou indireto –, de modo que, então, a enunciação formal deve ser entendida apenas como uma reconstrução do analista em razão das convenções linguísticas.⁸

De modo geral, segundo Searle, **a indiretividade corresponde aos casos em que o enunciador “quer significar o que diz. Entretanto, além disso, ele quer significar algo mais”** (2002, p. 178). Retomemos o seguinte exemplo:

(5) “Aquele que dentre vós estiver sem pecado, seja o primeiro a lhe atirar uma pedra.” (Jo 8. 7).

Tendo em vista que no contexto específico, relatado pelo evangelista João, tal enunciado emerge como sendo a resposta a um questionamento de caráter jurídico-religioso, feito por alguns mestres da lei e fariseus, em relação ao apedrejamento de uma mulher, como método de punição por seu pecado, é possível

⁷ Embora a noção de significado literal em Searle seja relativamente complexa, penso ser importante esclarecer dois pontos: (1) o autor rejeita a ideia dominante de que o significado literal de uma sentença seja o significado que esta sentença tem a despeito de qualquer contexto; e (2) o autor assevera que o fato de a identificação de um significado literal depender de determinado contexto não implica sua não-existência. (SEARLE, 2002, p. 183-212).

⁸ Tanto a terminologia quanto as ressalvas a ela pertinentes, devo aos apontamentos do professor Dr. Hugo Mari.

delinear sua estrutura indireta assumindo que a **enunciação formal**, isto é, o domínio das convenções de ordem linguística, configura um enunciado sob o **ponto (ou propósito) ilocucional diretivo**, ou seja, configura a tentativa por parte do enunciador de levar o enunciatário a fazer algo. Nessa direção, considerando as diversas possibilidades de **modo de realização** que advém desse ponto ilocucional, é possível assumir que esta enunciação formal pode ter o caráter de uma **ordem**, ou de um **desafio condicional**, dentre outras possibilidades.

Outra dimensão da estrutura indireta do enunciado (5) diz respeito ao fato de ser através dessa enunciação formal – uma ordem, um desafio condicional – que o enunciador executa a **enunciação real**, a qual é possível ser descrita como configurada sob o **ponto (ou propósito) ilocucional assertivo**, ou seja, a tentativa de reportar para a linguagem um estado de coisas, representado como supostamente verdadeiro, a saber: a **constatação** de que ninguém está isento de pecado, ao ponto de poder punir outros pecadores. Logo, a **negação** à solicitação de apedrejamento ou a **afirmação** da condição de pecador dos acusadores são alguns dos outros modos de realização possíveis que se pode sinalizar a partir do ponto ilocucional destacado.

Em síntese, uma enunciação formal é aquela que, na dimensão da indiretividade ilocucional, emerge das convenções linguísticas e, portanto, é o ato literal constituído pelo significado convencional do enunciado. Uma enunciação real, por sua vez, é aquela executada intencionalmente de modo indireto (ou convencionalmente de modo direto), mesmo a partir de padrões convencionais e, portanto, é o ato não-literário constituído, primordialmente, pelo significado intencional do enunciador. No caso do enunciado (5), o que se tem, então, é mediante uma **ordem** ou um **desafio condicional** (enunciação formal), a realização de uma **constatação** (enunciação real) referente à não legitimidade daqueles intentavam punir a mulher. À enunciação real do enunciado (5) pode-se, ainda, atribuir outros modos de realização como a **negação** de um pedido, ou a realização de uma **afirmação**. De qualquer forma, seu ponto (ou propósito) ilocucional é o assertivo. Assim, em casos de indiretividade, como o enunciado (5), é possível dizer que o significado convencional do enunciado é parte constituinte do significado intencional do enunciador, mas este vai ainda além daquele. Vejamos o quadro a seguir.

Enunciado: “Aquele que dentre vós estiver sem pecado, seja o primeiro a lhe atirar uma pedra.”	
Enunciação real (Ato ilocucional primário)	Enunciação formal (Ato ilocucional secundário)
Domínio das intenções do enunciador	Domínio das convenções de ordem linguística
Propósito assertivo	Propósito diretivo
Modo¹ : constatação de que ninguém está isento de pecado, ao ponto de poder punir outros pecadores	Modo¹ : desafio condicional
Modo² : negação à solicitação de apedrejamento	Modo² : Ordem
O enunciador quer significar o que diz. Entretanto, além disso, quer significar algo mais. Assim, o significado do enunciador passa pelo significado do enunciado.	

Quadro 1 - Estrutura da indiretividade

Postas essas considerações em relação à indiretividade, destaco, agora, algumas considerações a respeito da figuratividade. Para Searle (2002), **nos casos de figuratividade, embora se utilize do significado convencional da sentença, o enunciador não quer significar o que diz**. Antes, trata-se de, mediante a enunciação de “*S é P*”, significar que “*S é R*”, mesmo que não haja correlações claras entre *P* e *R*.

Ressalto que, em relação à figuratividade, a abordagem searleana não apresentou a distinção entre enunciação real e enunciação formal (ou, nos termos do autor, ato ilocucional primário e ato ilocucional secundário). Entretanto, tendo em vista que, mesmo nos casos de figuratividade, é possível reconstruir a enunciação formal mediante a qual o enunciador produz sua enunciação real, parece plausível assumir que a distinção entre enunciação real e enunciação formal pode estender-se a todo o conjunto da produção enunciativa que denominamos comunicação indireta. E assim, para retomar um aspecto da formulação original de Searle, o qual diz respeito ao fato de mediante a enunciação de “*S é P*” o enunciador querer significar que “*S é R*”, é possível dizer que a enunciação formal corresponde à reconstrução enunciativa “*S é P*”, ao passo que a enunciação real corresponde à realização enunciativa de “*S é R*”, ainda que “*S é P*” é que tenha sido proferido. Dito isso, retomemos o seguinte enunciado:

(6) “Eu sou a porta.” (Jo 10. 9)

Aqui, para encontrar os possíveis valores da enunciação real realizada mediante a enunciação formal, deve-se seguir certa orientação dada por Searle:

para encontrar os possíveis valores de *R*, procure maneiras pelas quais *S* possa se parecer com *P* e, para suprir o aspecto sob o qual *S* possa se parecer com *P* procure traços salientes, bem conhecidos e distintivos das coisas que são *P*. (SEARLE, 2002, p. 166).

Assim, a compreensão de qual possa ser a enunciação real subjacente à enunciação formal registrada pelo exemplo (6), “Eu sou a porta.” (Jo 10. 9), pode ser descrita da seguinte forma:

Enunciado: “Eu sou a porta.”		
Enunciação formal		Enunciação real
Domínio das convenções de ordem linguística		Domínio das intenções do enunciador
$S \text{ é } P$	Quer dizer	$S \text{ é } R$
$S_{[Eu]} \text{ é }_{[sou]} P_{[a porta]}$		$S_{[Eu (aquele que fala)]} \text{ é }_{[sou]} R_{[o acesso, a entrada, a passagem]}$
O enunciador não quer significar o que diz, porém, isso não implica que seja desnecessário passar pelo significado do enunciado para se chegar ao significado do enunciador, até porque não se pode relegar o proferimento.		

Quadro 2 - Estrutura da figuratividade

Observe-se que as correlações propostas entre *P* e os possíveis a valores de *R* podem ser estabelecidas em virtude de predicados como “acesso”, “entrada” e “passagem” serem “traços salientes, bem conhecidos e distintivos” (SEARLE, 2002, p. 166) de *P*, ou seja, do que é uma porta. Pois, embora predicados como alta/baixa, larga/estreita, de madeira/alumínio/vidro, etc. possam ser considerados características de uma porta, é difícil admitir que sejam “traços salientes, bem conhecidos e distintivos” (SEARLE, 2002, p. 166). Aliás, parece-me razoável supor que a ideia de “traços salientes, bem conhecidos e distintivos” emerge como sinalizadora dos possíveis limites interpretativos dentro dos quais o enunciatário (leitor) deve operar. No contexto do enunciado desse exemplo, uma interpretação de

“eu sou a porta” como “eu sou de alumínio” ou “eu sou baixo”, dentre outras, certamente seria uma interpretação absurda.

Ainda em relação à figuratividade, talvez seja interessante considerar que mesmo diante de seu caráter reconhecidamente defectivo, como no próprio enunciado (6), é possível traçar qual seja seu ponto diretivo e seu(s) modo(s) de realização. No caso do enunciado (6), em específico, é possível assumir que, diante do contexto de interação discursiva do qual emerge sua enunciação, o ponto ilocucional é o assertivo, pois, a despeito do caráter defectivo de sua construção linguística, é possível dizer que uma das intenções do enunciador é fazer com suas palavras ajustem-se ao estado de coisas, tal como o enunciador o entende. Nessa direção, seu modo de realização pode ser tomado como sendo uma afirmação, uma constatação e, até mesmo, uma declaração. Contudo, registre-se que, a despeito do que possa inicialmente parecer, entender tal enunciado como sendo uma declaração não é o mesmo que entendê-lo como configurado no ponto ilocucional declarativo. Esse ponto, devo lembrar, diz respeito aos casos em que as palavras se ajustam ao mundo ao mesmo tempo em que o mundo se ajusta às palavras.

Postas essas considerações sobre a distinção entre indiretividade e figuratividade apresentada por Searle (2002), destaco que embora a **indiretividade** pareça estar mais atrelada ao significado do enunciado, seu caráter de comunicação indireta concretiza-se em razão da **primazia da intenção do enunciador frente às convenções linguísticas**. Assim, portanto, em ambos os casos, figuratividade e indiretividade, o significado do enunciador necessita “passar” pelo significado do enunciado. Além disso, destaco que casos como a metáfora apresentada pelo exemplo (6) – que o Searle (2002) diz ser um exemplo de figuratividade, e não de indiretividade – e a insinuação – que o autor não “categoriza” –, atestam a possibilidade de se estender a dinâmica das duas enunciações a toda a cadeia da comunicação indireta. Assim, em todos os casos da comunicação indireta, o que se tem, de diferentes modos, é a prevalência do não-literal sobre o literal.

Quero reiterar, ainda, que a afirmação, de Tsohatzidis (1994), de que **não há impeditivo para o fato de uma sentença ser simultaneamente um caso de indiretividade e figuratividade**, é verdadeira. Todavia, a despeito do que o autor sugere em seu *Speaker meaning, sentence meaning and metaphor*, não há nos escritos de Searle nenhum tipo de negação a tal possibilidade. Até mesmo porque,

em alguma medida, a contraposição demasiada dura que Tsohatzidis (1994) atribui a Searle inviabilizaria o fato de tanto a indiretividade quanto a figuratividade serem, ambas, casos de prevalência do significado do enunciador.⁹

Por fim, lembro que, conforme apontado por Searle (2002) e esclarecido por Vanderveken (1991), a comunicação indireta constrói-se tendo como necessário o fato de enunciador e enunciatário partilharem das mesmas informações factuais prévias, o fato do enunciatário ter a capacidade de fazer inferências e, também, “alguns dos princípios gerais de conversação cooperativa” (SEARLE, 2002, p. 50), conforme aventados por Paul Grice (1982) em **Lógica e Conversação**¹⁰. De modo mais específico, no tocante a Grice (1982), podemos dizer que as formulações de Searle (2002) e de Vanderveken (1991) tomam como aporte teórico as **máximas conversacionais**, a saber: a máxima da Quantidade, a máxima da Qualidade, a máxima da Relevância e a máxima do Modo.

Entretanto, deve-se levar em conta que o funcionamento pleno de determinadas máximas não pode ser garantido de acordo com padrões estipulados de maneira apriorística. Isto é, não há, por exemplo, como deduzir, fora da interação discursiva dada, qual o limite entre o volume de informação suficiente para que seja satisfeita a máxima da Quantidade, e a quantia de informação que seria considerada excessiva para tal. Semelhantemente, não há como estabelecer de modo prévio e fora dos processos discursivos o que é necessariamente uma informação pertinente (máxima da Relevância), ou mesmo o que é um enunciado claro ou organizado (máxima do Modo). Assim, parece-me razoável supor que a avaliação dos efeitos de uma máxima para o sucesso de uma interação, sobretudo aquelas realizadas mediante os atos indiretos, só possa ser realizada a *posteriori* da execução desta interação.

⁹ É interessante notar que, em seu artigo *Literary theory and its discontents*, Searle tece duras críticas a Derrida por um motivo muito semelhante. Para Searle, o filósofo francês parece desconhecer algo que “é um tipo de clichê na filosofia analítica: a maioria dos conceitos e distinções é irregular nas bordas, não possui limites finos” (1994, p.637, tradução nossa).

¹⁰ Originalmente publicado como *Logic and Conversation*, trata-se da segunda parte das William James Lectures ministradas por H. P. Grice em Harvard, em 1967. O texto foi posteriormente publicado em *Syntax and Semantics*: volume 3, *Speech Acts*, em 1975; e em sua coletânea *Studies in the Way of Words*, em 1989.

Considerações finais

Tendo em vista a afirmação searleana de que os atos de fala são as unidades básicas da comunicação linguística (SEARLE, 1981), mesmo a comunicação indireta necessita explicar-se a partir da noção de atos de fala. Assim, no decorrer deste texto, busquei apontar a maneira como a Teoria dos Atos de Fala lida com a questão da comunicação indireta, sobretudo considerando a formulação de uma distinção entre dois aspectos da enunciação: **enunciação formal** e **enunciação real**.

É possível, obviamente, que se questione, a exemplo de Tsohatzidis (1994), a distinção entre indiretividade e figuratividade, entretanto, parece-me difícil supor que objeções dessa natureza possam enfraquecer o fundamento básico da comunicação indireta à luz da Teoria dos Atos de Fala, a saber, a dinâmica das duas enunciações (ou, nos termos de Searle, a dinâmica dos dois atos ilocucionais – primário e secundário).

Ao expandir as ideias de Austin (1990) por meio de uma nova taxonomia dos atos de fala e por meio de formulações como aquelas que dizem respeito aos “atos indiretos”, dentre outras, Searle (2002) deu um passo fundamental na concretização da Teoria dos Atos de Fala. Seus ensaios, bem como o ensaio *Non-literal Speech Acts and Conversational Maxims*, de Vanderveken (1991), possibilitaram uma excelente articulação entre as profícuas formulações de Grice (Máximas Conversacionais, Significado do enunciador, Significado do enunciado, etc.), de modo que os caminhos da produção e compreensão enunciativa, certamente, tornaram-se mais claros.

Nessa direção, é possível admitir, ainda, que a própria formulação da distinção entre **enunciação formal** e **enunciação real** permite-nos lançar novos olhares a respeito da natureza da enunciação, sobretudo nos casos do dizer sem estar dizendo (comunicação indireta), e a respeito da fundamental relação entre semântica e pragmática.

Ao fim e ao cabo, outros aspectos relacionados à comunicação indireta poderiam ser destacados aqui, como é o caso do imenso apelo cultural subjacente à produção e à compreensão de metáforas e atos indiretos – ou seja, o fato de que nem tudo que é concebido como um caso de comunicação indireta em determinada comunidade poderá ser assim compreendido em outras comunidades – e, ainda, de outras nuances da extensa discussão sobre o lugar das máximas e das inferências

nos processos de produção e compreensão. Entretanto, parece-me que algumas destas questões merecem uma análise mais detida, diferentemente dos apontamentos aqui feitos, propostos apenas a título de apresentação da questão.

Referências

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BÍBLIA. N. T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Nova Versão internacional. São Paulo: Editora Vida, 2007.

GRICE, P. H. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. Volume IV - Pragmática. Campinas: Unicamp, 1982, p. 81-103.

MARI, H. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. In: MARI, H.; et al. (Orgs.). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: UFMG/FALE – Núcleo de análise do discurso, 2001b, p. 93-131.

MARI, H; MENDES, Paulo H. A. Produção de sentido e leitura: gênero e intencionalidade. In: MARI, H.; et al. (Orgs.). **Ensaio sobre leitura 2**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007, p. 11-53.

SEARLE, J. R. **Expressão e significado**: estudos da teoria dos atos de fala. Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luíza Marcondes Garcia. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção tópicos)

SEARLE, J. R. Literary theory and its discontents. In: **New Literary History**, Vol. 25, No. 3, 1994, pp. 637-667. S.l.: The Johns Hopkins University Press.

SEARLE, J. R. **Os Actos de Fala**: um ensaio de Filosofia da Linguagem. Tradução de Carlos Vogt; et al. Coimbra: Almedina, 1981.

STRAWSON, P. F. Intention and convention in speech acts. In: **The Philosophical Review**. Cornell University Press, 1964, v.73, n.4, p. 439-460. Disponível em: < <http://links.jstor.org/sici?sici=0031-8108%28196410%2973%3A4%3C439%3AIAICISA%3E2.0.CO%3B2-H> >. Acesso em 13 jun 2018.

TSOHATZIDIS, S. L. Speaker meaning, sentence meaning and metaphor. In: TSOHATZIDIS, S. L. (Ed.). **Foundations of speech act theory**: philosophical and linguistic perspectives. London: Routledge, 1994, p. 365-373.

VANDERVEKEN, D. Non-literal Speech Acts and Conversational Maxims. In: LEPORE, E.; VAN GULICK, R. (Ed.). **John Searle and his critics**. Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1991, p. 371-384.

Recebido em 29 de março de 2019
Aprovado em 09 de julho de 2019